

Especial da 47ª edição

LAMPIÃO

Jornal-laboratório | Jornalismo UFOP

Justiça pela metade não é justiça

05/11/2025 - 10 anos do desastre-crime de Fundão



“”
Através da mineração conquistei quase tudo. E a mineração me tirou quase tudo. Mas não me tirou a dignidade.
Seu Filomeno

Seu Filomeno viveu em melodia e suor honesto. Tinha alegria em ser músico, festeiro e fazer parte da comunidade de Bento. Construiu sua casa trabalhando para a mineração e se orgulhava dessa conquista. Mas, em poucos minutos, o desastre-crime da Vale e BHP (Samarco) fez tudo desaparecer, menos o desejo de continuar vivo e recomeçar na nova morada em que nunca entrou.
Seu Filomeno partiu sem a justiça chegar. FOTOS Acervo Mauro Silva (imagens restauradas por IA)

O ROMPIMENTO

No dia que aconteceu isso eu tava aqui. Aí o menino ligou: ‘Ô, pai, vai passar uma enchente forte aqui porque arrebentou uma represa na Samarco’. Aí, meu filho, daí a pouco o trem vem subindo pra estrada acima ali, ó.

A INTEGRAÇÃO

A gente tomou essa decisão [de se unir] porque a zona rural sempre sofreu uma invisibilidade. Falava-se em Bento e Paracatu, mas outras comunidades foram tão destruídas quanto as duas urbanas.

A DESAPROPRIAÇÃO

Minha vontade é voltar e morar aqui de novo [Paracatu de Baixo]. Se desapropriar, não tem jeito. Espero que eles deixem a gente vir ao menos colher algumas plantas que a gente tem, que não acabou.

A RECUPERAÇÃO

A implantação das pilhas de estéril, tem o intuito de mostrar força, poder, domínio sobre o território. É um território já impactado, já sofrido e que precisa de recuperação e não de mais uma pilha de estéril.

” Zé Jair
Morador de Ponte do Gama

” Marino D'Angelo
Morador de Paracatu de Cima

” Maria Imaculada da Silva
Moradora de Paracatu de Baixo

” Mauro Silva
Morador de Bento Rodrigues

EDITORIAL**10 anos que não podem ser esquecidos**Por **Eduarda Belchior**, Editora-chefe

Há crimes que não terminam, apenas mudam de forma. Eles atravessam o tempo e se enraízam na memória e no cotidiano de quem fica. O rompimento da barragem de Fundão, em 2015, é uma dessas feridas abertas que, mesmo dez anos depois, ainda latejam em cada território e em cada corpo atingido. Dizem que Fundão foi a sirene de Brumadinho. No Memorial de Brumadinho, o verso de Adélia Prado recebe quem chega, dizendo que "o que a memória ama fica eterno". Ali não são lembradas apenas suas 272 vidas perdidas, mas também as 20 levadas pela lama da Vale e BHP (Samarco) em Mariana. Para essas e tantas outras, o verso de Adélia resume: "Té amo com a memória imperecível".

Seu Filomeno, um dos nomes na lista de atingidos que morreram sem ver a reparação, e que hoje estampa a capa desse especial da 47ª edição do jornal **Lampião**, era morador de Bento Rodrigues. Homem de palavra firme, costumava dizer que preferia morrer sem ser resarcido, a ser resarcido sem justiça. Seu Filomeno faleceu sem sequer morar na casa que lhe era devida, mas deixou um legado que resiste ao tempo: o de quem não permitiu que sua dignidade fosse levada pelo desastre-crime.

Fruto de uma construção possível apenas quando a universidade e a comunidade caminham no mesmo passo, o **Lampião** nasce e renasce a cada edição a partir desses encontros. Como guardião de uma memória social e política,

o jornal enfrenta o fazer jornalístico com sensibilidade, escuta ativa e seriedade.

O desafio desta edição especial foi marcado pelo ritmo acelerado e a intensidade desse compromisso. Foram somente três semanas entre a lapidação da ideia, o mergulho em campo, a produção e escrita das histórias, até a chegada à gráfica.

Foi assim

Uma década após o rompimento da barragem de Fundão, os impactos econômicos, sociais e judiciais continuam presentes na vida dos atingidos.

Por **Artur Corrêa e Sofia Mosqueira**

Quinta-feira, dia 5 de novembro de 2015, o subdistrito de Bento Rodrigues, na cidade de Mariana (MG), foi palco de um dos maiores desastres socioambientais da história do Brasil e do mundo. Aproximadamente às 15h30, a barragem de Fundão, propriedade da mineradora Vale e BHP/Samarco, rompeu, liberando cerca de 40 milhões de metros cúbicos de lama e rejeito de minério de ferro. A cerca de 6 km da barragem, a lama levou menos de 30 minutos para chegar em Bento Rodrigues e, horas depois, atingiu Paracatu de Baixo, também subdistrito de Mariana. As comunidades foram devastadas pela lama, resultando em irreparáveis 20 mortes, entre as quais um aborto.

Segundo matéria do G1, o Ministério Público Federal (MPF) considera cerca de 2,5 milhões de pessoas atingidas pelo crime socioambiental. A lama de rejeitos percorreu o Rio Gualaxo do Norte, passou pelo Rio do Carmo e atingiu o Rio Doce, percorrendo mais de 600 km até chegar à sua foz, em Linhares (ES), no dia 21 de novembro, quando atingiu o oceano Atlântico. Carregada de metais pesados e resíduos tóxicos, a onda de rejeitos destruiu ecossistemas inteiros e impactou diretamente na vida das comunidades ribeirinhas, quilombolas, povos indígenas, pescadores e agricultores que dependem diretamente do rio para a prática de atividades de subsistência.

Também contamos com o apoio da Reitoria da UFOP, na pessoa do chefe de Gabinete, do nosso Departamento de Jornalismo e da Divisão de Transportes da UFOP (Proplad), que nos ajudaram a chegar onde as histórias estavam. São estes suportes que tornam possível cumprir com o papel cidadão do jornal **Lampião**.

Os rios Gualaxo e Rio Doce continuam correndo e, mesmo que ainda carreguem em suas águas os vestígios de um crime que nem mesmo o tempo poderá lavar, eles seguem abrindo caminhos. Assim como os rios, os atingidos vivem, lembram, lutam e resistem, apesar das marcas deixadas nesse fluxo de vida. Suas histórias carregam dores, perdas, lutas, mas também gestos de força, reconstrução e afeto, lembrando que memória e vida caminham lado a lado.

As pessoas atingidas estão sendo realocadas e condicionadas a um estilo de vida que não é das

Em Mariana, o reassentamento das famílias de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, prometido em 2018, só teve início cinco anos depois, em 2023. Após o rompimento, as famílias foram realocadas, provisoriamente, em casas alugadas na sede de Mariana, inicialmente custeadas pela Samarco e posteriormente pela Renova. O que era provisório se arrastou por cerca de oito anos, quando as primeiras famílias começaram a receber suas novas casas.

Até o momento, mesmo com a insatisfação pela demora e falta de transparência nos processos de indenização e reassentamento, as obras ainda não foram finalizadas. Diferente do que a Samarco informa - como concluídas 100% das construções previstas -, famílias atingidas ainda esperam a entrega de suas casas e a integralização das obras públicas. Para agravar a condição dessas comunidades, o novo acordo de repactuação, homologado em 2024 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), estabelece um prazo de 20 anos para que as ações de reparação sejam finalizadas.

Independentemente das formas de reparação, seja financeira ou territorial, os modos de vida, a memória e a relação afetiva com o local nunca vão ser solucionados com a repactuação. As pessoas atingidas estão sendo realocadas e condicionadas a um estilo de vida que não é das. Distante de suas raízes, muitas já se foram dessa existência, enquanto outras lutam para não perder totalmente sua cultura e nem a própria identidade.

**LAMPIÃO** 47ª EDIÇÃO
Jornal-laboratório | Jornalismo UFOP**Expediente****PROFESSORES**André Carvalho
Fred Salomé
Pedro Lavigne

Técnico em produção gráfica César Raydan

DIRETORIAS EXECUTIVAS

Editoria-geral Eduarda Belchior

Editora de Site e SEO Eduarda Rameh

EDITORIAS DE CONTEÚDO
Editora de Lume Ana Beatriz Justino
Editora de Urbe Mariana Amaral
Editora de Ecos Rafaella Aparecida
DIRETORIAS DE LINGUAGEM
Editora de Redes sociais Ana Clara Oliveira
Editora de Fotografia Duda Todesco
Editor de Design Johann Zanuzzi
Editora de Audiovisual e sonora Nicole Alves
APOIO**CABF: 10 Anos de Luta na Linha de Frente**

Uma década após o desastre-crime da Samarco, a Comissão dos Atingidos e Atingidas pela Barragem de Fundão (CABF) resiste e mantém viva a luta por justiça, reparação e memória nas comunidades atingidas.

Por **Milene Latarulo e Danielle Leal**

MARIA,
MINAS GERAIS


Reunião quinzenal da Comissão dos Atingidos e Atingidas pela Barragem de Fundão (CABF) com membros da ATI Cáritas e UFOP, em Mariana. FOTO Milene Latarulo

O desgaste emocional aumenta quando a CABF enfrenta táticas de desmobilização dentro do território. Uma delas são os conflitos comunitários, provocados, segundo relatos de lideranças, pela atuação da mineração e por instituições de justiça e pela extinta Fundação Renova. Cristiano Sales, 43, motorista e representante de Bento Rodrigues, conta que a empresa se aproveita das pessoas mais vulneráveis para criar conflitos entre as pessoas atingidas para desestabilizar a sua articulação coletiva. O que, segundo ele, acaba por enfraquecer alguns vínculos entre os integrantes da comissão, no entanto, nada disso abala sua persistência: "Porque, se parar, acaba a comissão, e se acaba a comissão, acaba tudo", conta Cristiano.

Ao longo desses dez anos, a comissão tem enfrentado também cortes em seus recursos materiais. No passado, a Comissão tinha direito a transporte, lanches, escritório e secretárias. Em 2025, após a assinatura do Acordo de Repactuação, eles perderam esses auxílios e se viraram obrigados a mudar para uma sala cedida pela Universidade Federal de Ouro Preto. Para Cristiano, a desmobilização do escritório também foi uma tentativa de enfraquecer a atuação da organização. "Hoje, infelizmente, depois da Repactuação, nos tiraram esse espaço da forma mais covarde. Fomos praticamente despejados, sem saber para onde levaríamos nossos arquivos e como faríamos para manter nossos compromissos", diz Mônica, reforçando essa percepção ao lembrar o impacto da mudança. Os materiais e documentos gerenciados pela CABF foram realocados no Instituto de Ciências Humanas e Sociais graças a uma parceria com a UFOP. Com o apoio da Cáritas MG, as reuniões da Comissão agora são realizadas no escritório da ATI.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.</

Assessorias Técnicas independentes lutam por reparação e permanência

Apesar da Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB) de 2021, que prevê aos atingidos o direito às Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), a realidade mostra um contexto marcado por instabilidade e insegurança.

Por Isabele Galvão e Paulo Henrique Sales



Cáritas Minas Gerais

No dia 26 de outubro de 2016, as comunidades atingidas de Mariana conquistaram o direito à Assessoria Técnica Independente (ATI). À época, a Comissão de Atingidos e Atingidas da Barragem de Fundão (CABF) mobilizou a comunidade e, com a atuação direta do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), foi realizada uma assembleia em que a população atingida escolheu a Cáritas Regional Minas Gerais como sua ATI. Desde então ela foi ampliando seu alcance, e hoje atende diversas localidades como os subdistritos devastados de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, além de toda a região que ficou conhecida como Zona Rural: Camargos, Bicas, Paracatu de Cima, Borba, Ponte do Gama, Campinas, Pedras.

Já constituída legalmente, a ATI iniciou uma ação de qualificação dos danos sofridos pelas comunidades. Segundo Marisa Versiani, coordenadora operacional da Cáritas MG/ATI Mariana, a primeira das principais conquistas foi garantir que o cadastramento dos atingidos fosse feito pela assessoria técnica, a fim de orientar o processo de reparação de danos. Uma outra conquista que veio a partir disto foi que, na Fase de Negociação Extrajudicial (FNE), a Fundação Renova passasse a considerar o dossiê, produto final do processo de Cadastro, feito pela Cáritas ao oferecer as propostas indenizatórias.

O dossiê é um capítulo à parte, que vem embasando, desde sua consolidação, importantes conquistas dos atingidos: "O Cadastro foi um projeto da Cáritas, ativo entre os anos de 2018 a 2022, com o objetivo principal de levantar as perdas das pessoas que se reconheciam enquanto atingidos pelo desastre da Samarco. Muitas vezes considerando um contexto de famílias que perderam tudo, o dossiê teve um primeiro papel de atender uma dimensão de registro histórico. O principal objetivo era sistematizar, tanto quanto possível, as perdas e danos suportados pelas pessoas atingidas, para ser um acervo probatório nas instâncias de Reparação. Assim, é também um documento de caráter técnico, que traz metodologias e fundamentações robustas, para ser um subsídio de luta das pessoas atingidas por uma reparação justa". Além do dossiê, a assessoria participou ainda de outras conquistas, como a elaboração das 83 diretrizes, que foram judicialmente homologadas, em que definia-se orientações quanto ao processo de restituição do direito à moradia digna das pessoas atingidas.

A Cáritas MG foi a primeira ATI institucionalizada no Brasil para atuar em um processo reparatório fruto de um desastre-crime da mineração. Ela faz parte da Cáritas Brasileira, organização criada em 1956 por uma "ação

desafio, penso que o maior que a gente tem atualmente é fazer com que o que foi estipulado no novo acordo do Rio Doce caiba nos territórios, após 10 anos do desastre-crime. A grande suspeita que temos é que não vai caber. E o motivo já foi amplamente denunciado pelas próprias pessoas atingidas: não houve participação efetiva no processo de construção das cláusulas. Sem ouvir quem realmente sabe e sente o que aconteceu, atendem a comunidade tanto individualmente como coletivamente. No nú-

Hariane Santos Alves, coordenadora de comunicação social da Guaiçuy, destaca a relação de proximidade com os atingidos: "Esses profissionais

realmente sabe e sente o que aconteceu,

atendem a comunidade tanto indivi-

dualmente como coletivamente. No nú-

m mobilizadora" de Dom Helder Câmara, à época Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É também uma das organizações-membro da Cáritas Internacional, atuante em mais de 200 países e territórios prestando serviços de apoio humanitário.

As ATIs que atuam nos conflitos minerários brasileiros foram criadas a partir da luta organizada das pessoas atingidas, por meio da reivindicação de um corpo técnico que pudesse acompanhar processos violadores de direitos, principalmente, para reduzir a assimetria técnica entre comunidades atingidas e as empresas mineradoras. Elas proporcionam participação informada, acolhimento psicosocial, apoio técnico e jurídico. Embora exerçam trabalhos semelhantes, diferenciam-se pelas particularidades de cada território, pelas instâncias a que estão submetidas e pelo momento de implementação do assessoramento. São formadas por equipes multidisciplinares - com profissionais, por exemplo, da área do Direito, Saúde, Meio Ambiente, Comunicação e Assistência Social.

Desafios à sobrevivência

Apesar do papel que desempenham nos processos reparatórios, as assessorias técnicas vêm enfrentando um constante cenário de instabilidade desde sua origem. Os planos de trabalho são os documentos que orientam e regulamentam as ações das ATIs junto às comunidades atingidas, autorizando legal e financeiramente a execução das atividades. E, considerando os últimos anos, segundo sua coordenação, a ATI de Mariana passou por um processo exaustivo de escrita e reescrita de vários planos, para conseguir atuar no território. Atualmente, um plano de trabalho emergencial ainda orienta suas ações.

Essas mudanças ameaçam a permanência no território. "A dificuldade em manter a assessoria sempre foi uma pauta vigente das empresas, porque uma assessoria forte torna os atingidos fortes na busca por justiça plena," relata Mauro Santos, 56 anos, morador de Bento Rodrigues no vídeo "Pela Continuidade da Assessoria Técnica Independente em Mariana", publicado pela Cáritas MG em seu Instagram.

Com a assinatura do Novo Acordo do Rio Doce, em outubro de 2024, foram instituídos novos prazos para os programas de Reparação. Marisa aponta os prejuízos em torno da temática das ATIs trazidos por este acordo: "A homologação da Repactuação representou um retrocesso para o território de Mariana. Isso porque limitou o escopo de atuação e o tempo de execução do projeto de todas as ATIs da Bacia do Rio Doce, sem considerar as especificidades de cada território. Como justificar o período estipulado de atuação das ATIs para 42 meses, podendo prorrogar por mais seis meses, enquanto as ações e obrigações previstas no Acordo têm o tempo de execução de 20 anos?"

Ela também ressalta a falta de espaço para a participação dos atingidos nas novas cláusulas do acordo: "Em termos de



Marisa em encontro com grupo base (GB) de avaliadores discutindo os impactos da repactuação e a retomada de ação da Cáritas em 2025. FOTO Amanda de Paula Almeida/Cáritas

Instituto Guaiçuy

Em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, não houve rompimento, mas a barragem do Doutor entrou em estado de emergência em 2019 por risco de romper. A comunidade local, junto a movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), fez uma série de denúncias sobre a falta de transparência da mineradora Vale e sobre a ausência da participação popular nas decisões

dessa dor?". A decisão foi revertida em 07 de maio, mas o cenário de instabilidade continua rondando a equipe de ATI. Mesmo com um plano de trabalho estruturado e encaminhado para as instituições de justiça responsáveis por avaliar e aprovar a documentação (Ministério Público e Defensoria Pública), o clima é de incerteza. Mais de quatro meses após o encaminhamento dos documentos, o instituto ainda aguarda a sua aprovação e convive com a possibilidade de falta de recurso para dar andamento às atividades.

As incertezas, aliás, fazem parte de uma história de violação dos direitos às ATIs. A Cáritas MG passou por cinco avisos prévios entre 2024 e 2025. O último aviso prévio, em abril de 2025, não foi revertido como das últimas 4 vezes anteriores e, no dia 29 de maio de 2025 a ATI teve todo o seu corpo técnico que atuava no território desmobilizado, retornando apenas em julho. Segundo Marisa, a interrupção dos trabalhos técnicos em campo, imposta por esse contexto e pelo período de dois meses, coloca em risco a relação da assessoria com os atingidos. "A gente observa que houve uma desmobilização nossa no território. A gente ficou distante das reuniões, dos acompanhamentos com as pessoas atingidas e isso é muito prejudicial porque há uma fragilização do vínculo de confiança. [...] Muitas vezes, os atingidos entram em contato pedindo o assessoramento e, por mais que a gente tente não pessoalizar, esse vínculo de confiança também é construído [...] nas individualidades.

Apesar do impacto positivo no território, entre 2024 e 2025 o Guaiçuy enfrentou oito demissões e mais 13 profissionais foram colocados em aviso prévio, que foram demitidos em março. Essa redução de equipe aconteceu por conta de uma decisão judicial que determinou que o prazo de 30 meses previsto no Plano de Trabalho inicial da assessoria técnica não fosse prorrogado, fazen-

De Fundão à Doutor, a lama assombra Antônio Pereira

O distrito de Ouro Preto foi reconhecido como atingido por Fundão apenas no ano passado, nove anos depois do desastre-crime, e os moradores da região ainda lutam por uma reparação dos danos causados pela ação mineradora.

Por João Pedro Nepomuceno, Laira Ferreira e Luiz Carlos Diniz

**ANTÔNIO PEREIRA,
OURO PRETO**



Moradores da Zona de Autossalvamento, em Antônio Pereira, ainda convivem com o medo e as marcas deixadas pela mineração. FOTO Laira Ferreira

“”

Hoje é praticamente 24 horas de poeira, aquela poeira preta que impregna.
Aliliane Veríssimo

Aliliane Veríssimo, 44, moradora na região da Pedreira, em Antônio Pereira, conta que a poeira se tornou um grande transtorno. "Eu brinco até com o pessoal assim: 'hoje a gente não tem poeira em Antônio Pereira, hoje a gente tem minério'. O que a gente respira aqui é minério... Hoje é praticamente 24 horas de poeira, aquela poeira preta que impregna". Além disso, a moradora ressalta que a Vale não cumpre com seus compromissos para diminuir a poluição do ar, como o envio de caminhões-pipa, que deveriam passar diariamente, para molhar a estrada.

Além dos danos à saúde, Aliliane ressalta mudanças na qualidade de vida causadas pela mineração. "As crianças hoje não têm lazer aqui dentro de Antônio Pereira. Antes, a gente ia pra cachoeira sozinho. Hoje, a gente não tem coragem de deixar. Hoje, ali tem uma placa dizendo: não pode passar, não pode andar, não pode pescar. E as cachoeiras estão lá em cima. Fora isso, devido aos caminhões, a gente sente barulho, pedras caíndo da pedreira e também os tremores."

Para Aislann de Assis, professor de Saúde Coletiva da Escola de Medicina da Universidade Federal de Ouro Preto, a exposição aos resíduos oriundos da mineração gera nos moradores o medo de que a própria pessoa ou algum familiar possa vir a adoecer. Isso provoca uma sobrecarga emocional e mental nos habitantes do distrito, que se soma ao medo constante perante o risco de rompimento da barragem. Em um estudo realizado em 2022 por uma equipe multiprofissional da Unidade Básica de Saúde do distrito, de 172 pessoas entrevistadas, 109 (63%) apontaram medo, pânico ou preocupação em relação à barragem Doutor.

Após desastres como o de Brumadinho, o Governo de Minas Gerais sancionou, em 2019, a Lei "Mar de Lama Nunca Mais", que proibiu a construção de novas barragens deste tipo e determinou a descaracterização das existentes. Posteriormente, a Lei Nacional nº 14.066/2020 reforçou a proibição de estruturas a montante em todo o país, alterando a Política Nacional de Segurança de Barragens. Para se adequar às novas leis, a Vale começou, ainda em 2020, a descaracterização de Doutor e, com ela, novos problemas surgiram.

A

fim

de

2020

de

rompimento

de

Fundão, até hoje os moradores do distrito não contam com uma ATI para assessorá-los, reflexo da demora do reconhecimento de Antônio Pereira como comunidade atingida.



As casas esvaziadas na Zona de Autossalvamento, resultado do deslocamento compulsório de centenas de moradores do distrito, também se tornaram um risco. Com a falta de devolução da manutenção, estruturas estão danificadas, paredes picadas e o acúmulo de entulhos em seus terrenos propicia a criação de focos de dengue e outras arboviroses, como zika e chikungunya. Durante os primeiros meses de 2024, segundo dados do Departamento de Vigilância de Zoonoses de Ouro Preto, dos 167 casos positivos registrados de dengue no município, 140 foram em Antônio Pereira, representando 87,2% dos casos totais.

A Vale indica a conclusão dos trabalhos de descaracterização da barragem Doutor para novembro de 2029. Entre as medidas previstas pela mineradora para reparar os danos causados pela estrada construída próxima à casa de Aliliane, está a reposição de vegetação nativa. Segundo o Manual de Reflorestamento e Revegetação do Governo Federal, esse processo leva de 50 a 100 anos para atingir o ponto de maturação florestal, isto é, o estágio em que a área reflorestada alcança equilíbrio ecológico e estabilidade.

Atualmente, a comunidade de Antônio Pereira conta com a Assessoria Técnica Independente (ATI) como aliada à sua luta pela reivindicação de direitos.

Por meio de eleição popular, o Instituto Guaiçuy foi escolhido em fevereiro de 2021 para desempenhar o papel de acolher e mobilizar os moradores locais na luta pela reparação integral.

A Assessoria começou a atuar apenas em dezembro de 2022, demora causada pela falta de liberação dos recursos, por parte da Vale, para o início dos trabalhos.

Sobre o rompimento de Fundão, até hoje os moradores do distrito não contam com uma ATI para assessorá-los, reflexo da demora do reconhecimento de Antônio Pereira como comunidade atingida.



Comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo temem nova perda com desapropriação

Dez anos após o maior desastre socioambiental do Brasil, a medida ameaça o direito das pessoas atingidas sobre os seus territórios.

Por Júlia Aguiar, Letícia de Lelis, Luiza Fernandes e Maria Eduarda de Lima

BENTO RODRIGUES e PARACATU DE BAIXO,
MONSENHOR HORTA e SANTA RITA DURÃO



Simária, na entrada da casa de sua irmã, Terezinha, em Bento Rodrigues, onde os Loucos pelo Bento se encontram e passam quase todos os fins de semana. Durante a semana ela vive no reassentamento. FOTO Maria Eduarda de Lima

Desde a homologação do Novo Acordo de Repactuação da Bacia do Rio Doce, em 6 de novembro de 2024, o futuro das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, dois dos subdistritos mais destruídos pelos rejeitos do rompimento da barragem da Samarco no desastre-crime de 2015, se mostrou incerto mais uma vez. O Anexo 1 - Mariana e Reassentamentos, impõe, para ambos os subdistritos, o tombamento municipal, a desapropriação e a construção de um memorial. O tombamento é uma proteção institucional para proteger bens de valor cultural e patrimonial. A desapropriação é a transferência de um bem particular para o setor público por interesse social, necessidade ou utilidade pública, e inclui uma indenização em dinheiro ao antigo proprietário.

A comunidade de Bento Rodrigues persiste

"A minha relação é de uma vida, né? Nascida, criada e ficando aqui [em Bento origem] a vida inteira, sem pretender sair mais. É uma relação de pertencimento", conta Maria das Graças Quintão, 68. Mesmo tendo se mudado para o reassentamento de Bento Rodrigues neste ano, ela continua voltando ao território original com sua família. Lá ficam onde sua irmã, Terezinha, morava. Graças à localização mais alta, a casa não foi inteiramente destruída pela lama.

Foi dessa vontade de permanecer que nasceu o movimento Loucos pelo Bento, criado por antigos moradores como uma forma de resistência e preservação da memória. "A gente vinha para cá, às vezes passava dentro do rio com a metade da perna com lama e todo mundo falava que a gente era doido, e ficou esse nome", lembra Maria das Graças sobre a formação do grupo.



Maria das Graças, do grupo Loucos pelo Bento, é conhecida pelas comidas saborosas que cozinha nas celebrações religiosas em Bento (origem). FOTO Maria Eduarda de Lima

“
Aqui nós temos paz, completa.

Simária Quintão, 52, explica que a impossibilidade de retorno ao território de origem também está relacionado ao potencial mineralógico da região. "Em Paracatu eles podem voltar a morar porque lá não tem minério, aqui tem. Se lá tivesse eles não podiam entrar também. Aqui tem riqueza embaixo da terra", afirma.

As famílias temem que, com a desapropriação, venha também o apagamento da história de Bento Rodrigues. A Igreja de Nossa Senhora das Mercês, localizada no subdistrito, foi tombada como patrimônio cultural de Minas Gerais em setembro de 2018, e há também a possibilidade de tombamento de todo o território. Ainda assim, o sentimento é de incerteza. "Depois que vi a notícia do destombamento da Serra da Piedade, tombada mundialmente, perdi a fé nisso. Se lá querem desmontar, imagina aqui", diz Simária sobre um projeto encontrado pela Polícia Federal e pela Controleadoria-Geral da União, em outubro deste ano, durante a "Operação Rejeito". O projeto tentava reverter a proteção do local, na região de Caeté, para permitir a mineração.

Muitas famílias já se mudaram para o reassentamento, mas ainda se sentem deslocadas. Maria do Carmo, 74, ainda tenta se acostumar com a nova rotina. "Lá, minha casa era grande, espaçosa, eu podia plantar o que quisesse. Aqui, tudo é pequeno, nada foi feito do jeito que a gente queria", conta. "Pra plantar tem que descer lá embaixo e eu já não aguento mais fazer isso".

O reassentamento de Bento Rodrigues segue o padrão de um bairro planejado, com ruas largas e casas padronizadas, mas a organização urbana não substitui o sentido de comunidade que existia no antigo subdistrito. "A gente ficava sentado na beira da rua batendo papo, hoje a gente não tem isso. Aqui é tudo fechado, a gente não vê mais ninguém", lamenta Neires Clara, 63. Ela reclama, também, da quantidade de escadas e morros no reassentamento. Em Bento origem, o espaço era mais plano. Essa diferença de terreno e convivência pesa especialmente para os mais velhos. Maria Marques, 67, conta sobre a dificuldade de adaptação.



Faixas colocadas por pessoas atingidas em Bento Rodrigues cobram respeito aos direitos das famílias e criticam a atuação das mineradoras. FOTO Maria Eduarda de Lima

"A casa não é igual era, é cheia de esca-
da, e a idade da gente vai chegando,
né? Eu tenho problema de saúde, e ficou
muito difícil".



Porta da entrada do quarto da casa de Terezinha, em Bento (origem). FOTO Maria Eduarda de Lima

“
**Às vezes quando
eles [Samarco] vêm
eu falo 'Vou assinar
não', porque são
muitas coisas. Até
hoje a gente não foi
indenizada pelos
direitos da gente..
Falam tanta coisa
que nem eles sabem.**

Maria Marques

Enquanto o processo de desapropriação avança, as famílias seguem cobrando que o direito a não-permuta, previsto nas diretrizes homologadas e reafirmado na Carta Denúncia, seja respeitado. Para elas, essa é a garantia de que o vínculo com o território não será rompido. "A gente vai lutando pra ver até onde vai", diz Simária.

Paracatu de Baixo luta pelas suas raízes

Maria Imaculada da Silva, 68, nasceu e morou toda sua vida em Paracatu de Baixo (origem), lugar em que trabalhou com atividades rurais desde a infância. Ela passou a morar em Mariana após o desastre-crime, e no último ano, foi para o reassentamento. Imaculada conta que antes do rompimento, seu terreno era bom para plantar, tinha água à vontade, moinho para fazer fubá e criação de animais, coisas que ela não pode ter no reassentamento. "Então a gente perdeu muita coisa. Aqui era bem melhor, sem comparação. Minha vontade é de voltar," disse.

A casa no reassentamento não acomoda seu trabalho ou modos de vida. O terreno grande da casa de Imaculada em Paracatu foi substituído por um terreno acidentado e sem espaço para plantações no reassentamento. "Porque aqui [em Paracatu origem] ao menos os terrenos todos são bons de plantar e lá só aquela terra vermelha para sujar o pé", relata. Mesmo morando longe, Imaculada ainda tem cultivos ativos na casa que cresceu. Ela precisa que alguém a leve de carro, já que as comunidades são distantes, mas não deixa de cuidar dos plantios. Com problemas de saúde e de visão, Imaculada lamenta a vida e a rotina que ficaram para trás.

A falta de identificação com o lugar imposto aos moradores também têm relação com a ausência de diálogo entre as mineradoras e a comunidade, que se mostra presente quando o assunto é a desapropriação, como destaca Imaculada. "Até hoje ninguém chegou perto de mim e me perguntou assim: 'Você quer que derrede a sua casa? O que você quer que faça com seu terreno?'. Mesmo com 10 anos de luta por seus direitos, Imaculada não tem uma casa que corresponda com seu estilo de vida, e várias pessoas como ela correm perigo de perder o local que as conecta às suas raízes e histórias.



Maria Imaculada no Sítio do Foca, onde foi servido o almoço depois da carreata de Nossa Senhora Aparecida, em Paracatu de Baixo. FOTO Letícia de Lelis

“
**Eu acho que
eles pensam
assim, só
porque a lama
passou aqui e
eles levaram
todo mundo
para Mariana,
eles acham
que são donos
da gente. Só
que eu já acho
que não é
assim**

Maria Imaculada

Antônio Geraldo de Oliveira, 73, conhecido como Seu Nié, também é nascido e criado no subdistrito. Seu Nié não sabia das discussões para erguer um Memorial em Paracatu. "Venho todo dia olhar uma criação minha aqui. Tô vendo a hora que eles vão roubar os animais que eu tenho, porque não tem condição de criar lá [no reassentamento]. Porque aqui nós tínhamos tudo, lá nós não temos". Em relação à desapropriação, Seu Nié não exige a dizer que o direito de residir como merecem, já foi tomado. Nem mesmo o acesso à igreja do reassentamento é livre como era na comunidade de origem.

Após o crime, o dia a dia de Seu Nié, que incluía o cuidado com os animais e o trabalho rural, foi afetado. Ele não se adaptou a vida na cidade e reconstruiu sua casa em Paracatu (origem) com o próprio dinheiro, lar em que morou até

o ano passado, quando se mudou para o reassentamento. Apesar da mudança, Nié ainda cria seus animais em seu território de origem. "Venho todo dia olhar uma criação minha aqui. Tô vendo a hora que eles vão roubar os animais que eu tenho, porque não tem condição de criar lá [no reassentamento]. Porque aqui nós tínhamos tudo, lá nós não temos". Em relação à desapropriação, Seu Nié não exige a dizer que o direito de residir como merecem, já foi tomado. Nem mesmo o acesso à igreja do reassentamento é livre como era na comunidade de origem.

Os moradores de Bento Rodrigues souberam do rompimento da barragem de formas diferentes. Não houve nenhum aviso oficial da Samarco, cada morador descobriu por conta própria. Simária recebeu a notícia por telefone enquanto trabalhava em Mariana. Maria das Graças também estava fora de casa e nunca mais conseguiu voltar. Maria Marques foi avisada pelo genro de que havia um problema na barragem e saiu às pressas. Maria do Carmo fugiu descalça, sem tempo de pegar o celular. Neires Clara viu a lama chegando e correu com o neto no colo, que ainda nem estava vestido. A lama de rejeitos de mineração chegou ao subdistrito em poucos minutos.



Decoração para a carreata de Nossa Senhora Aparecida, no reassentamento de Paracatu, em 12/10/2025. FOTO Letícia de Lelis



Seu Nié é o responsável por organizar a Folia dos Reis e a Festa do Menino Jesus junto com seus irmãos. Essa é uma tradição herdada de seu pai. FOTO Letícia de Lelis

Manifesto: 10 Anos do rompimento da barragem de fundão

Por Comissão dos Atingidos e Atingidas pela Barragem de Fundão (CABF) Endossa: Cáritas MG

MARIANA,
MINAS GERAIS

No dia 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana (MG), deu início a um dos maiores desastres socioambientais da história do Brasil. O que aconteceu não foi um acidente técnico, mas um crime com causas estruturais, cujos efeitos permanecem, dez anos depois, sendo profundamente sentidos por nós e pelas comunidades atingidas ao longo da Bacia do Rio Doce.

Desde então, nossos modos de vida tradicionais foram profundamente modificados, primeiro pela destruição das áreas onde nascemos, depois pelo deslocamento forçado que impôs a ruptura cotidiana com o território. Povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades rurais estão, ainda hoje, com suas atividades econômicas impossibilitadas. A agricultura, a pesca e a criação de animais deixaram de ser viáveis em muitos locais, devido à passagem da lama contaminada por metais pesados. Em diversas casas, os quintais ainda abrigam esse material, e a exposição aos rejeitos tóxicos continua sendo parte do cotidiano. Não há confiança nos diagnósticos sobre a contaminação, e persistem incertezas quanto à segurança do solo, da água e dos alimentos. A biodiversidade do rio e de seu entorno continua severamente comprometida.

Os danos causados pelo rompimento ultrapassam o âmbito físico e alcançam o próprio tecido social das nossas comunidades. A reparação em curso não encerra o sofrimento cotidiano, pois o território de origem permanece em disputa com as mineradoras. Ainda que a lama tenha destruído muitos espaços de convivência, mantemos nossos víncu-

los culturais e espirituais com o local de onde viemos, preservando celebrações e práticas tradicionais.

No dia do rompimento, deixamos nossas casas juntas, mas o retorno ao lugar construído não aconteceu de forma coletiva, conforme prevê o princípio da isonomia. O processo de reassentamento tem sido marcado por atrasos, problemas nas construções e falta de diálogo transparente com as famílias. Casas entregues com defeitos, obras inacabadas e reparos que parecem nunca acabar têm comprometido o nosso bem-estar emocional, financeiro e social. A reparação do direito à moradia se transformou, ao longo de uma década, em mais uma violação de direitos, especialmente após o último ano, um período marcado por tensões e frustrações crescentes. A assinatura do Acordo do Rio Doce representou, na prática, a ausência do diálogo com as pessoas atingidas, que se viram, mais uma vez nesse exaustivo processo, obrigadas a lutar por protagonismo, reconhecimento e justiça em um cenário em que o diálogo havia sido unilateralmente interrompido, sem qualquer possibilidade de discutir a situação daqueles que ficaram sem moradia, ou sem acesso a outros direitos necessários para a efetivação da reparação integral.

Recentemente, a Samarco (joint venture da Vale S.A. e BHP Billiton) anunciou que todos os reassentamentos coletivos foram concluídos, uma informação que não corresponde aos fatos. Essa distorção da realidade, comum no setor, é uma manipulação da narrativa para minimizar os problemas que ainda enfrentamos nas nossas comunidades e criar uma falsa impressão de avanço no processo de reparação.

As consequências do desastre também se refletem profundamente na nossa saúde. São frequentes os relatos e diagnósticos de adoecimento físico e psicológico. Esses danos são agravados cotidianamente por um processo de reparação injusto e conflituoso, marcado também pelo abandono de alguns territórios. Especialmente nas áreas rurais, o sentimento de desamparo é intensificado, pois muitos de nós continuamos sem acesso a serviços básicos, infraestrutura adequada e apoio institucional.

A proposta de repactuação homologada tem se desenvolvido sem a nossa devida participação nas mesas de negociação e deliberação, o que compromete a transparência e a legitimidade do processo. Os termos de quitação de danos (ou de blindagem das empresas) estão sendo apresentados de forma unilateral, frequentemente impondo condições que exigem a renúncia de direitos já existentes e de eventuais direitos futuros que possam surgir em decorrência dos danos sofridos. Essa forma de condução reforça a desigualdade entre as comunidades e as empresas responsáveis, além de fragilizar a nossa confiança no processo de reparação. A ausência de diálogo efetivo e de protagonismo impede que as nossas reais demandas sejam consideradas e respeitadas, dificultando a construção de soluções justas e duradouras para a reparação integral dos danos causados.

É importante denunciar que, mesmo com o fim anunciado da Fundação Renova, o modelo de reparação permanece o mesmo. As práticas de exclusão, controle da informação e falta de escuta continuam sendo reproduzidas por Samarco e suas equipes terceirizadas. A mudança de nome, por si só, não corrige as violações em curso. O conflito de interesses persists: o causador do dano ainda exerce o controle sobre a reparação.

Nesse contexto, reafirmamos a importância da permanência das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs). Elas são fundamentais para garantir o nosso acesso à informação qualificada, apoiar a nossa organização comunitária e fortalecer a possibilidade de participação nas tomadas de decisões do

processo de reparação. Sem as ATIs, a disparidade técnica entre as partes se intensifica, comprometendo ainda mais a justiça do processo.

Dez anos após o rompimento, muitos de nós seguimos sem respostas, sem reparação e sem o reconhecimento que merecemos. Ainda hoje, inúmeras famílias lutam judicialmente para garantir seus direitos. A falta de justiça não é apenas uma questão do passado, mas uma realidade presente que insiste em se prolongar.

Parte disso pode ser observado na tentativa de desarticulação da Comissão dos Atingidos e Atingidas pela Barragem de Fundão com a desmobilização do espaço físico da organização. Esse processo fragmenta a luta, dificulta a construção de consensos e abre espaço para estratégias que favorecem os interesses dos empreendimentos minerários, em detrimento dos direitos dos atingidos. A desmobilização de estruturas fundamentais, como os escritórios de apoio, também sinaliza um recuo perigoso na garantia de participação efetiva. É preciso reafirmar que a reparação não pode avançar à custa do enfraquecimento das instâncias coletivas legitimamente constituídas ao longo dos anos.

Queremos demarcar que não lutamos por favores ou caridade, mas pelo que é nosso por direito! As nossas casas, os nossos corpos, os nossos territórios não estavam à venda. E não aceitaremos o tratamento dado na reparação como se fossemos mercadorias.

A ausência de participação efetiva compromete a legitimidade de qualquer medida adotada e aprofunda o nosso sofrimento, de quem já tiraram quase tudo (ainda resta dignidade). As comunidades exigem o direito de acompanhar, questionar e decidir sobre cada etapa do processo de reparação, para que seus interesses sejam respeitados e suas dores verdadeiramente reconhecidas. Afinal, o tempo não esconde o que é vivido, nem diminui a responsabilidade daqueles que devem reparar.

Permanecemos em luta até que a reparação integral seja garantida!

AGENDA ESPECIAL

Programação dos eventos referentes aos 10 anos do rompimento da barragem de Fundão

02 A 08 DE NOVEMBRO

7º Encontro Regional por uma Novo Modelo de Mineração e 7ª Jornada Universitária de Debate na Mineração
Organização: FLAMA-MG

02 DE NOVEMBRO 19H

Peça Teatral “A Engrenagem”
Auditório do ICSA
Organização: FLAMA-MG

03 DE NOVEMBRO 19H

Lançamento do Documentário “Ouro de Tolo” - Auditório do ICSA
Organização: FLAMA-MG

05 DE NOVEMBRO 10H

Ato solene em Bento Rodrigues (origem)
Organização: CABF

05 DE NOVEMBRO 16H

Ato toque da sirene e entrega do Jornal “A Sirene” - Praça Gomes Freire - Jardim, Mariana
Organização: Jornal A Sirene

06 DE NOVEMBRO 17H

Mesa “Ruptura metabólica e crise estrutural do capital: o complexo minero-industrial em Minas Gerais e a tendência à eliminação das condições elementares da reprodução social” Auditório do ICSA
Organização: FLAMA-MG

07 DE NOVEMBRO 17H

Encerramento: Leitura do documento final - Auditório do ICSA
Organização: FLAMA-MG

08 DE NOVEMBRO 07H

Caminhada na Serra do Botafogo - Saída do Terminal Turístico de Mariana
Organização: FLAMA-MG

08 DE NOVEMBRO 19H

Vigília – 8ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce Acolhida dos romeiros e romeiras – Praça dos Ferroviários
Organização: Arquidiocese de Mariana

09 DE NOVEMBRO 06H - 13H

8ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce Acolhida dos romeiros e romeiras – Praça dos Ferroviários
Organização: Arquidiocese de Mariana

27 A 28 DE NOVEMBRO

Seminário “Conflitos e desastres da mineração: desafios para a justiça ambiental - FAFICH/UFMG - Belo Horizonte
Organização: GESTA (UFMG)